revista CANTAREIRA
criada e matida por alunos da área de HISTÓRIA DA UFF
www.historia.uff.br/cantareira

REVISTA CANTAREIRA

http://www.historia.uff.br/cantareira

ISSN 1677–7794

cantareira@historia.uff.br

CANTAREIRA – Revista Eletrônica de História

Volume 2 – Número 3 – Ano 3 – dez. 2005

Editor – Mauro Henrique Barros Amoroso

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)

Departamento de História

Campus do Gragoatá - Bloco O - 5º andar - Niterói - RJ - Brasil - CEP 24210-350

Telefone: (021) 2629-2919

Os direitos dos artigos publicados nesta edição são propriedade exclusiva dos autores.

Esta obra pode obtida gratuitamente no endereço web da revista. Pode ser reproduzida eletronicamente ou impressa, desde que mantida sua integridade.

Equipe

Editor Responsável

Mauro Amoroso

Editores

Alexandre Camargo

Alexandre Pierezan
Fabrício Freire
Fabrício Motta
Francisco dos Santos Lourenço

Guilherme Moerbeck

Hagaides de Oliveira

Leonardo Arruda

Priscila Aquino Silva

Richard Negreiros de Paula

Editores Correspondentes

Erneldo Schallenberger

Maria Thereza David João

Valdir Gregory

Designer gráfico

Sheila Freire

Ficha Catalográfica

Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História

Volume 1, Número 3, Ano 2, Ago. 2004

Disponível em: hhttp://www.historia.uff.br/Cantareira

1. História Geral; 2. Historiografia

Entrevista

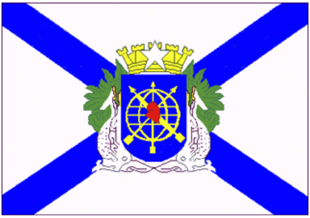
Marly Motta

Doutora em História com a tese *O Rio de Janeiro continua sendo... de cidade-capital a Estado da Guanabara*, pesquisadora plena do CPDOC/FGV e renomada pesquisadora da História Política do Rio de Janeiro. Responsável por importantes obras de referência para a História de nossa cidade, como *Saudades da Guanabara*, e *A construção de um estado: a fusão em debate*, foi por nós convidada para realizar essa entrevista especial sobre o debate em torno da questão da recriação do Estado da Guanabara.

Por Marcelo Abreu e Fernando G. P. Vieira

Marcelo – *A primeira pergunta diz respeito à relação entre os grupos sociais e políticos e a fusão no contexto atual. A senhora é favorável ou contrária à “desfusão”? Tem acompanhado as discussões em torno dessa questão?*

> **[...] pelo fato da cidade do Rio de Janeiro polarizar o debate político [sobre a questão da Fusão], a nível federal, estadual e, obviamente, municipal, ela anula quase que as manifestações pró e contra que se efetuam em outras regiões fora da capital, não é?**



Bandeira do Estado da Guanabara

Com a transferência da capital federal para a Brasília, foi criado, em 1960, o Estado da Guanabara. Ùnico caso no Brasil de uma “cidade-estado”, abrangendo a área que hoje abriga o município do Rio de Janeiro, esse Estado teve seu fim em

Marly Motta – A

1975, sob o governo de Ernesto Geisel

questão de ser contra ou a favor, eu acho que não é bem o caso, embora é... interessante a gente ver questões que são colocadas como um jogo de futebol, como se você ou fosse Flamengo ou fosse Fluminense, e uma coisa, obviamente, excluísse a outra, não é? No caso da fusão, anteriormente a 1975, e a "desfusão", eu identificaria o início do debate da "desfusão", principalmente na comemoração dos dez anos, em 1985, não? Tanto uma quanto a outra funcionaram exatamente como um elemento polarizador, na verdade, no fundo, o que se discutia, nesse debate polarizador, era o futuro da cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, uma forma de compreender as dificuldades, os impasses, os fracassos dos projetos, principalmente futuros da cidade do Rio de Janeiro**,** quer dizer, me parece que embora o debate da fusão, e posteriormente, da "desfusão", estivesse também em pauta no interior do Estado do Rio de Janeiro – eu sei que para Niterói, por exemplo, especificamente, a fusão foi uma hecatombe, um desastre – na verdade, foi pelo fato da cidade do Rio de Janeiro polarizar o debate político, a nível federal, estadual e, obviamente, municipal, ela anula quase que as manifestações pró e contra que se efetuam em outras regiões fora da capital, não é? Agora, o que eu acho é o seguinte: tanto – voltando ao meu ponto, quer dizer –, tanto antes de 75, a questão se deveria fundir com o Estado do Rio ou não, funcionava como, exatamente, como uma espécie de mote, que era colocado na mesa de discussão e que funcionava como um elemento de polarização e de justificação para as dificuldades da cidade do Rio de Janeiro, posteriormente, isso também vai acontecer, quer dizer, quando se olha para a cidade do Rio de Janeiro se diz: "Ah, a situação seria outra se não tivesse havido a fusão", como anteriormente, se dizia: "Ah, a situação é ruim porque não houve a fusão", quer dizer, antes de 75, "A Guanabara é muito fraca, inviável economicamente, a cidade do Rio de Janeiro é um ente, é uma aberração...", não é?

Marcelo – *Uma cabeça sem corpo.*

E aí, reiteradamente todos os prefeitos do Rio, principalmente, falam pela "desfusão". Só tem um antídoto para o prefeito parar de falar de "defusão": É ele virar governador.

A FIRJAN representa a classe industrial fluminense nas esferas regional e nacional, congregando os interesses dos sindicatos a ela filiados. É uma Instituição prestadora de serviços às empresas e atua como fórum de debates e de gestão da informação

Marly Motta – Uma cabeça sem corpo. Tem uma entrevista do general Geisel, quando posteriormente, em 93, e que ele diz, qualifica exatamente o Estado da Guanabara – uma vez que, só lembrando, o Geisel foi o presidente que determinou a fusão, que efetuou a fusão – e ele, no depoimento dele, diz exatamente isso: "a Guanabara era uma aberração". Então, na verdade, era um corpo sem cabeça. E o Estado do Rio seria um corpo sem cabeça, e essa cabeça sem corpo. Então, se antes de 75 os diagnósticos eram de que a fusão resolveria essas questões a qual acabei de me referir, posteriormente, principalmente no décimo aniversário da fusão, pela primeira vez, eu fiz um levantamento, aparece a palavra "desfusão". E é interessante porque é dita no âmbito de uma das instituições que de maneira mais forte lutou pela fusão, que foi a Federação das Indústrias, quer dizer: antes de 75, antes da fusão, a antiga FIEGA era favorável à fusão, manifestou-se favorável. Certamente, percebia ganhos econômicos na fusão. Porém, foi exatamente na FIRJAN, em 85, por ocasião do décimo aniversário, em que primeiramente se colocou a questão da "desfusão". E a partir daí, é interessante que toda vez que tem um aniversário redondo, não é à toa que vocês estão aqui, quer dizer, quando fez vinte anos em 95 – porque eu acompanhei todos os aniversários da fusão, para ver como é que era o debate, fiz um levantamento dos jornais, de ano em ano; claro que nas datas redondas, por motivos que vocês são historiadores, sabem muito bem: a vigilância comemorativa, né? Ela traz isso à discussão, passado, presente, futuro, essas coisas que vocês sabem muito bem – então, nos vinte anos, já era o César Maia, que estava terminando seu governo em 95, e deixa muito claro que a Guanabara é... o Rio é uma coisa, e o Estado do Rio é outra completamente diferente e já aponta como uma das possibilidades a "desfusão". E aí, reiteradamente todos os prefeitos do Rio, principalmente, falam pela "desfusão". Só tem um antídoto para o prefeito parar de falar de "defusão": É ele virar governador. Então, o Marcelo Alencar era um ardente defensor da "desfusão"...

Marcelo – *Até que virou governador...*

Marly Motta – Até que virou governador, e é engraçado que ele diz isso, ele diz: "quando você é prefeito do Rio você tem uma visão, política, econômica, eleitoral, quando você vai para governo do Estado, você tem outra e muda", e ele admite isso, não é? Quer dizer, o próprio César Maia, na medida em que ele vai se tornando uma liderança mais regional e menos local, vai... então vocês observem que é um ponto de discussão que flutua muito ao sabor das conjunturas políticas. O que eu quero dizer é que eu acho que o tema da "fusão/desfusão", ela é preciosa para nós, historiadores, porque ela cruza elementos estruturais de longo prazo, então: "Ah, porque o Rio é uma cidade nacional, ah, porque o Rio tem uma identidade que representa todos, para onde vai o Rio vai o Brasil", quer dizer, tem alguma coisa estrutural que sempre é remetida nas discussões. Em qualquer debate, em qualquer época que você tenha, que venha isso em pauta, há toda aquela carga de capital do Império, capital da República, mais de cem anos, isso está sempre. Essa argumentação estrutural de longo prazo, é entrecruzada pelo debate conjuntural. Então, você tem uma estrutura de longo prazo e você tem conjunturas, e aí sim, os argumentos se atualizam, como sempre ocorre. Os argumentos se atualizam na conjuntura. Os atores políticos são diferentes, os discursos são diferentes, as posições são diferentes. Então, é interessante exatamente notar, o historiador estar atento para o debate longo e o debate... curto. Em 2005, já que a gente está falando disso, nos trinta anos, esse debate foi muito potencializado pelo envolvimento muito próximo do jornal *O Globo* no debate, com aquela questão da autonomia da *Guanabara já*, *Autonomia Carioca*, que tem a ver, obviamente, com uma politização do debate e com um grau elevado de rejeição do, principalmente, eleitorado mais qualificado em termos de educação e de renda, em oposição ao Governo do Estado. Então, obviamente que os trinta anos da fusão, a comemoração teve um rebote muito forte desse elemento da "desfusão", da autonomia da cidade do Rio de Janeiro, da *Guanabara já*, em função, claro, daqueles elementos tradicionais, tal, que voltam à tona sempre, mas por uma conjuntura política acirrada pelo governo da governadora Rosângela Matheus.

Então, obviamente que os trinta anos da fusão, a comemoração teve um rebote muito forte desse elemento da "desfusão", da autonomia da cidade do Rio de Janeiro, da *Guanabara já*, em função, claro, daqueles elementos tradicionais, tal, que voltam à tona sempre, mas por uma conjuntura política acirrada pelo governo da governadora Rosângela Matheus.

Marcelo – *A senhora notou uma coisa importante: em que lugares esses grupos favoráveis ou contrários à fusão se situam? Por exemplo, falou da FIRJAN, da posição da FIRJAN em 85, e hoje a posição da FIRJAN já aparece diferente, são de novo favoráveis à fusão. E, por outro lado, os prefeitos do Rio de Janeiro, a prefeitura é um lugar em que os grupos políticos articulados em torno dela acabam se convencendo de que a "desfusão" seria importante, não é? Então, como, desde 85, se a gente pode situar a partir daí, esses grupos foram se organizando, sobretudo o empresariado, e os grupos políticos identificados com o Rio de Janeiro...*

Marly Motta – A cidade.

Marcelo – *Com a cidade do Rio de Janeiro, foram se articulando até se concentrarem, por exemplo, no "supra-movimento", agora, que é o Rio Cidade-Estado, que congregou Autonomia Carioca, Guanabara já, enfim, como a senhora percebe essa transformação das posições dos grupos e da conformação mesmo desses grupos?*

Logo Rio 92

Marly Motta – Olha, em relação aos grupos econômicos, eu acho que em relação à cidade mesmo, propriamente dita, eu não vejo uma articulação muito clara em torno de uma defesa nítida da "desfusão" e da transformação do Rio em cidade-estado. Poderia haver alguns momentos em que essa questão se torna mais acirrada e mais visível, e que os grupos econômicos, vamos dizer assim, se manifestam de formafavorável a uma coisa ou a outra. Ou seja, a criação da cidade-estado ou a manutenção do Rio, e pelo contrário até, uma busca de uma integração com o resto do Estado. O momento-chave, eu acho, que depois de 85, foi 92 e a Rio-92. E aí, os setores principalmente articulados em torno do turismo, em torno de empresas, de empreendimentos, que... limpos, tecnologia limpa, ou seja, aqueles setores que viam uma possibilidade do Rio de Janeiro ser e a Rio-92 trouxe muito fortemente uma área privilegiada de pólos, para que se desenvolvesse na cidade pólos de tecnologia avançada, não é? Então, dentro dessa visão, alguns setores ligados a esse projeto perceberam que seria muito mais vantajoso ter uma autonomia em relação ao Estado. Então, você vê em 92, por exemplo, o próprio prefeito Marcelo Alencar vocalizou não só os interesses econômicos, não estou querendo ligar de maneira negativa, não, mas, enfim, um certo projeto de cidade, não é? O prefeito Marcelo Alencar, à época, eu acho que ele vocalizou, desse ponto de vista, em 92, essa perspectiva de investimentos maciços nesse tipo de, vamos dizer, setores limpos, turismo, e setores de tecnologia de ponta. E viram que para esse projeto ser implementado, haveria necessidade de autonomia. E aí, o modelo é Barcelona, por exemplo, que também nos Jogos Olímpicos, não é, conseguiu se firmar, e firmar uma imagem e decolar, muito em função do grau de autonomia que ela conseguiu, cidade de Barcelona, em relação ao poder central. Quer dizer, houve uma negociação política, na Espanha, que permitiu que Barcelona, então, a partir das Olimpíadas pudesse decolar. Então, me parece que a Rio-92 funcionou um pouco, assim, pegando esse exemplo de Barcelona e as perspectivas. Do ponto de vista também político, a gente tem que ver que as lideranças políticas da cidade são diferentes das lideranças políticas do Estado. A sua extração, o seu perfil, então, o Marcelo Alencar – depois ele virou governador do Estado – mas o Marcelo Alencar é um perfil político identificado com a cidade do Rio de Janeiro, como o César Maia é identificado com a cidade do Rio de Janeiro. Então, também há uma questão de dividir o território entre elites políticas que têm dificuldade em...

A convite do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), realizada de 3 a 14 de junho de 1992. A reunião ficou conhecida como Rio-92, e a ela compareceram delegações nacionais de 175 países. Foi, ainda, a primeira reunião internacional de magnitude a se realizar após o fim da Guerra Fria.

Marcelo – *Transitar.*

Marly Motta – Transitar de um lado para outro. Então, tinha... 92 foi um momento, eu acho, especial e, noutro momento, que eu acho que também aí, só que do outro lado, que a gente também tem que ver, é o petróleo. Quer dizer, o petróleo lá no interior do Estado do Rio, com os royalties do petróleo, incentivaram por outro lado também a idéia de que o Estado do Rio não precisava mais da cabeça. Então, também tem que ver, quer dizer...

Marcelo – *Essa outra perspectiva.*

Marly Motta – Se por um lado a cidade começou a descortinar essa possibilidade, esse projeto próprio, por outro lado, com os royalties, e aí eu já estou falando no final dos anos 90, com a regulamentação, e a distribuição dos royalties do petróleo, que coincidiu exatamente com o primeiro governo do Garotinho, e é óbvio que uma coisa se conecta a outra, pela primeira vez um governo, um governador do interior ganha a eleição no Estado, então uma coisa alimenta a outra, então, por outro lado, a perspectiva de grupos econômicos também do interior do Estado passaram a ver o que... Niterói é a verdadeira capital do Estado do Rio. Então, de certa maneira, começou haver uma certa confluência em alguns grupos, não é? Da possibilidade de haver a "desfusão". Eu não acho que o grande obstáculo seja do ponto de vista econômico. Eu acho que tal como antes da fusão, que só foi feita por uma ato de força do regime militar, claro, poderão alegar que a lei, que a fusão foi resultado de lei, lei complementar votada no Congresso. Sabemos muito bem a diferença que é votar uma lei complementar em 1974 do que votar uma lei complementar hoje. A democracia ela é mais lenta, ela é mais barulhenta, ela favorece mais a discussão. A ditadura costuma ser rápida e passa por cima de todos e foi isso que aconteceu. Então, tal como a fusão só teve condições políticas de sair porque contou com o raio de Zeus, que foi lá e pum, acabou, Geisel. A "desfusão" também tem como grande complicador a política. Quer dizer, você conciliar interesses políticos em uma região que é talvez uma das mais politizadas, nesse sentido de grupos políticos diversos, de tendências diversas, então você tem desde lideranças carismáticas como Brizola, por exemplo, que marca o perfil político, tem interesses representados, até lideranças mais tradicionais como Moreira Franco, ligado a Amaral Peixoto, o PMDB, então você na verdade, você tem muitos interesses em jogo. Se por um lado, naquela conjuntura, você percebe que politicamente aquilo é favorável, a "desfusão" é favorável aos seus interesses, aposta, bota ficha, em outro momento, aquilo já não é mais, e você, que até então tava aqui, passa para o outro lado do balcão. É difícil, portanto, conservar. E como é que tem que ser? Reforma constitucional para passar o plebiscito? Então, é o mínimo! É óbvio, não preciso dizer o que aconteceu nesses últimos três anos no debate parlamentar. Se não... nem votam orçamento... parlamento, é óbvio, que não vai votar uma lei que tenha que faça um plebiscito, e outras coisas mais, né?

Cantareira – O que é curioso, e a senhora notou isso, é que, nos anos 70, quando se discutia a fusão e mesmo antes, os grupos políticos fluminenses eram contrários, contrários à fusão, assim, de modo geral, pelo menos o Amaral Peixoto faz um discurso no Senado contrário à fusão, e por outro lado, tinha a FIEGA àquela altura favorável à fusão, e tudo o mais. E hoje em dia parece que a situação um pouco se inverte, quer dizer, da perspectiva, por exemplo, de um homem identificado com o interior do Estado como o Garotinho, a "desfusão" não seria um bom negócio, digamos assim. A senhora concordaria com essa...

Marly Motta – Olha, eu... eu volto... volto a dizer: é diferente... você tem, antes de 75, tanto defensores da fusão quanto contrários à fusão do lado da Guanabara... do lado da baía e do lado, do outro lado. Então, não é correto dizer que os fluminenses foram contrários e os cariocas a favor, não é assim. Porque seria mais simples se fosse assim, se os elementos fossem tão identificados. E nem partidariamente. Quer dizer, você não poderia dizer que do lado MDB é assim, do lado da Arena é assim, do lado do PMDB assim, do lado do PDT. Embaralham-se muitos interesses que tem a ver, por exemplo, com o eleitorado. Se você é do Estado do Rio, por exemplo, de Niterói, mas você tem uma boa votação na cidade do Rio de Janeiro – é possível, por que não? – você não vai querer a "desfusão". Porque o seu eleitorado está aqui. E a mesma coisa, e o inverso é verdadeiro. Se eu sou aqui, eu sou da cidade do Rio de Janeiro, mas eu tenho boa votação na Baixada, e isso acontece muito, eu não vou querer a "desfusão" porque eu vou perder o meu eleitorado. Perder para lá, para os candidatos de lá. Então, as coisas não são... claro, quando você fala em Amaral Peixoto, é só lembrar que o Amaral Peixoto era do MDB, e lembrar que a fusão significou uma coisa que a lei da Física diz que não pode.

Embaralham-se muitos interesses que tem a ver, por exemplo, com o eleitorado. Se você é do Estado do Rio, por exemplo, de Niterói, mas você tem uma boa votação na cidade do Rio de Janeiro – é possível, por que não? – você não vai querer a "desfusão".

Marcelo – *Dois corpos... o mesmo lugar no espaço.*

Marly Motta – Chagas Freitas...

Marcelo – *Chagas Freitas e Amaral Peixoto não podiam conviver no mesmo espaço.*

Marly Motta – Ele percebeu. Sábio que era, habilíssimo político, que um ia sobrar.

Marcelo – *E ele acabou sobrando e foi para o PDS.*

Marly Motta – E ele sobrou. Exatamente. E acabou indo paro PDS, enfim, não é? E hoje é a mesma coisa. Claro que o Garotinho, em princípio, é contra a "desfusão" porque ele tem boa votação na cidade e no Estado. A mulher dele ganhou – foi, tudo bem, depois de Niterói, a menor votação dela, a menor votação da Rosinha foi em Niterói, até por causa do Jorginho. Mas a segunda menor votação relativa dela foi na cidade do Rio de Janeiro, embora ela tenha ganho na cidade do Rio de Janeiro, com uma pequena diferença em relação a Benedita, não é? Então, mas de qualquer maneira, ela tem uma... o casal tem uma boa penetração na...

Marcelo – *Na Baixada.*

Marly Motta – E na Baixada. Então, se fosse uma polarização muito grande poderia até haver da parte do casal Garotinho a idéia da "desfusão", porque a cidade do Rio de Janeiro é um obstáculo, quer dizer, eu ganho apertado porque a cidade não vota comigo, e a cidade é quarenta por cento do eleitorado. Aliás, nenhum outro Estado a capital tem um peso tão grande em termos econômicos e em termos político, eleitorais, não é? Então, de fato, esta é uma questão muito importante. O César Maia é a mesma coisa, o Rodrigo Maia, por exemplo, tem uma excelente votação no interior do Estado. Se você for pegar a votação do Rodrigo Maia para deputado federal, uma boa parte da votação dele é no interior. Quer dizer, o César está montando...

Marcelo – *Uma base.*

Marly Motta – Uma base no interior. Então, se isso acontecer, ele não vai ter também interesse político em jogar fora um investimento, não é? E às vezes eu me pergunto... talvez a era César Maia na cidade do Rio de Janeiro esteja – ele mesmo acabou porque ele já está reeleito, né, ele, pessoa física, não é? Mas em que medida, não é? Uma expansão para Baixada, não é? Em que medida as mentes políticas contraditórias, sinais contraditórios que ele emite sobre, por exemplo, legalização das favelas, ou... ele que era um amante da lei e da ordem, não é? Como é que tem um discurso em relação às favelas que em geral era dos setores, vamos dizer, mais progressistas ou mais à esquerda. Como o César Maia não está longe de ser ingênuo politicamente, não podemos dizer isso, não é? Para alguém ele está falando, para algum tipo de eleitorado ele está falando, não é? Então, olhar um pouco com atenção, talvez ele esteja exatamente pegando Baixada, São Gonçalo, enfim, ampliando, e aí não vai apostar na criação da cidade-estado da Guanabara nem da...

Marcelo – *Pois é, porque isso tem um outro elemento que a gente podia depois voltar a essa questão do passado, mas... porque, na verdade, a cidade do Rio de Janeiro tem esse peso todo porque ela concentra uma região metropolitana importante, não é? Significativa, assim, tem um peso eleitoral, nacionalmente falando, grande. Não se resume à cidade, quer dizer, tem que levar em consideração a Baixada, que é tudo uma grande cidade, na verdade, se pensar bem. É como essa questão da região metropolitana, assim, não conta nessas opções dos políticos para se posicionar favoravelmente ou contrariamente à fusão?*

Fernando – *Complementando a pergunta, existe uma, digamos, "terceira via" nessa proposta, sobre discussão sobre a "fusão/desfusão", que seria montar um Estado da Guanabara II, que englobaria não apenas a capital Rio de Janeiro, mas toda a região metropolitana, como o Marcelo falou, é tudo na verdade, uma grande cidade. É, complementando, como é que a senhora vê essa questão da região metropolitana que não pode, apenas por um ato formal, sua população estar definitivamente, separada da cidade do Rio?*

Marly Motta – Olha, em 60, quando a capital foi para Brasília, estava a discussão do que seria o Rio, porque não estava definido, quer dizer, constitucionalmente já estava definido que o Rio viraria Guanabara, então a Constituição de 46 já havia determinado isso. Então, para o Rio ser qualquer coisa outra era preciso uma reforma constitucional, o que já implica uma dificuldade enorme, 3/5, duas votações, sei lá, na Câmara, enfim, essas coisas que a gente sabe que é reforma constitucional. Muito bem. Dentre os projetos do que deveria ser o Rio, havia um exatamente isso, de que o Estado da Guanabara deveria englobar regiões... a região metropolitana, e aí, os motivos hoje parecem absolutamente prosaicos, porque era, por exemplo, para garantir a água, porque era lá do Guandu, vinha lá do Paraíba do Sul, então, imaginava-se que na medida em que a Guanabara virasse um Estado, o Estado do Rio poderia não fornecer a água, teria dificuldade, enfim, houve uma discussão, sim. Então, essa não é uma discussão nova, na época, não se implementou, entre outros motivos, a Constituição previa que o antigo DF viraria Guanabara, então, qualquer outra coisa teria que ter uma reforma constitucional, e também não se conseguiu entendimentos políticos, por que? Se eu acho que há de fato uma identidade grande entre populações, é... da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada, um diálogo muito grande, no entanto, há lideranças... eu acho que se por um lado, a gente pode imaginar uma forte identidade política, e a gente pode pensar, por exemplo, Tenório Cavalcanti, que na eleição de 1960 para o governo da Guanabara, teve 22%. Tenório era um político de Caxias! Foi candidato a governador da Guanabara e teve 22% de votos na Guanabara. O que mostra, portanto, as relações. Porém, eu acredito que esta afinidade vem diminuindo, porque está havendo um movimento muito interessante de cidades médias. Se você olhar o crescimento hoje em dia não se dá tanto nas metrópoles. Então, por exemplo, hoje, Nova Iguaçu, São João, se constituem em pólos de desenvolvimento econômico, social, ou seja, as pessoas deixam de vir tanto... já começa a ter uma razoável classe média que consome produtos culturais, produtos simbólicos, econômicos, é só olhar os shoppings, é só olhar as universidades, as faculdades, as escolas, que passam a ser núcleos autônomos de desenvolvimento local. Se você olhar o ritmo de crescimento dessas cidades você começa a ver o que, faz com que a Baixada passe a ter uma lógica própria que talvez dificulte, crie dificuldades para esse projeto de Guanabara II, que você está falando, não é? Talvez, nos anos 60, fosse mais fácil, essa integração fosse mais fácil. Esse Estado da Guanabara, que foi, houve essa discussão, e projetos, e tal, bom, acabou não saindo. Hoje, teria que levar em conta exatamente essa perspectiva que está se fortalecendo, basta ver os últimos resultados do IBGE, que você observa que as cidades que mais crescem e que absorvem, e que vão se, de certa maneira, tornando-se razoavelmente autônomas em relação às grandes metrópoles, eu acho que esse é o processo que está ocorrendo na Baixada Fluminense, e é óbvio, que à medida que isso ocorre, traz dificuldades para a implantação ou, quer dizer, traz dificuldades, o que eu quero dizer é o seguinte: precisa um outro projeto, pode até acontecer, mas esse projeto terá que levar em conta essa nova realidade e, portanto, os municípios da Baixada não se sentarão mais à mesa de negociação como um simples adendo.

Marcelo – *Um apêndice.*

Então, talvez, em vez de se pensar na fusão, "desfusão", talvez, aí sim, soluções de consórcio de bens comuns. Um deles, por exemplo, transporte, seria uma coisa, porque as tarifas são muito mais caras, nos ônibus intermunicipais.

Marly Motta – Um apêndice, como cidades-dormitórios. Não são mais. Essa leitura, eu acho que ela pode ter valido até os anos 70, início dos 80, não vale mais hoje, não são mais cidades-dormitórios, não é? Como se costumava analisar, e que, portanto, parecia até lógico que você agregasse essas cidades... o que eu acho que pode haver, isso está se fazendo, são os tais consórcios, que é a questão da saúde, por exemplo. Hoje mesmo a gente viu, um médico foi preso porque não deu assistência, a pessoa foi lá na polícia, deu parte. E o discurso dele é o seguinte: a maioria das pessoas que vem paro Souza Aguiar não é da cidade do Rio de Janeiro, é dos municípios vizinhos. . Saúde, por exemplo. Em que medida a cidade poderia – cidade do Rio de Janeiro – poderia, por ser mais rica e ter mais recursos, poderia colocar à disposição de certos hospitais da Baixada, não é? Assistência, ambulâncias, recursos, médicos, enfim, eu acho que talvez no caso da cidade do Rio e da Baixada dependerá muito mais de entendimentos de região metropolitana com esses novos instrumentos de intervenção e de análise do que propriamente alguma coisa mais institucionalizada que implique em reforma constitucional, que implique um entendimento muito sintonizado, fino, que eu acho que os políticos hoje, os administradores, de um modo geral, não estão querendo.

Marcelo – Pois é, isso é uma questão, uma das coisas que pesava no argumento do regime, por exemplo, em 74, para promover a fusão era a própria metropolização do Rio de Janeiro e o próprio crescimento da cidade de um modo geral e do Brasil, para eles isso constituía uma preocupação, logo depois vem o Rio, por exemplo, para tentar dar conta disso, só que de fato nesses trinta anos, também não conseguiu se criar uma política metropolitana e nem um órgão que desse conta de congregar esses poderes locais numa discussão mais ampla sobre a questão metropolitana que tem coisas específicas, não é? Quando o regime resolveu fundir, fez isso, mas na hora de propor uma política urbana que desse conta da metrópole não o fez, e deixou que os poderes locais se articulassem, é... ou não, como de fato, não se articularam, então hoje a gente tem alguns problemas decorrentes disso, não é? Como a senhora vê essa questão da região metropolitana do Rio de Janeiro mesmo e esses poderes locais, só para gente ser um pouco mais específico.

Em um Decreto-lei estadual de 1975, instituiu-se a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem). Os conflitos constantes entre a Fundrem e os governos municipais acabaram por desgastar o órgão, que, a partir da redemocratização, da instituição das eleições municipais e da maior autonomia que passou a ser conferida ao poder local, foi gradativamente perdendo poder político. Em 1990, a Fundrem foi finalmente extinta.

Marly Motta – Olha, de fato, é verdade, quer dizer, existiu a FUNDREM, que era a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana, cujo primeiro titular foi o Jaime Lerner, que o Geisel trouxe, colocou aqui, e que reunia catorze municípios, o Rio mais treze. O Marcos Tamoyo, que era o prefeito do Rio, indicado pelo Faria Lima, governador, nunca foi a uma reunião, e ele disse que ele como prefeito da cidade do Rio jamais ia se subordinar a um tecnocrata mandado de Brasília. Ele nunca foi às reuniões. E queimou o Lerner, que ficou pouquinho tempo e saiu fora, o que de certa maneira mostrou a inviabilização desse modelo. Ou seja, a ditadura pode quase tudo, mas não pode tudo. E há certos limites, não é? Que ela não conseguiu, por exemplo, no caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, ela não conseguiu implementar. Eu acho que esse foi o primeiro, primeiro tiro que a região metropolitana levou, embora eu ache que durante o período do Faria Lima, apesar dessa discordância clara entre o Jaime Lerner e o Marcos Tamoyo, e o Faria Lima acabou é... afastando o Jaime Lerner, ficou com o Maços Tamoyo o tempo todo, o Marcos Tamoyo era muito ligado ao Golberi, não é? Então era um acerto interno, e o Marcos Tamoyo também era um político, tinha sido secretário de obras do Lacerda, tinha uma trajetória política, e, obviamente, como todos na época que ascendiam ao poder, tinha uma base militar. Chagas também era um político, tinha uma base militar, Faria Lima só tinha base militar, almirante, nunca conseguiu estabelecer relações políticas. Então é interessante, se por um lado o Faria Lima, por um lado tinha força para impor em alguma medida a...

Marcelo – *A Fundação.*

Marly Motta – A FUNDREM, por outro lado todas as relações políticas, toda a tessitura política, a rede de relações políticas que esse projeto necessitava, Faria Lima foi incapaz de fazer. Ao Faria Lima se sucedeu o Chagas Freitas, que é o inverso disso, no sentido da política, o estilo político do Chagas Freitas não se combinava com as soluções técnicas, vamos dizer, mais técnicas, deixadas para decisões, vamos dizer, de racionalidade. Porque ele, o Chagas Freitas tinha uma grande dificuldade, que ele era um político da cidade do Rio de Janeiro, que agora tinha que governar o Estado do Rio de Janeiro. Então, investimento prioritário do Chagas Freitas no seu mandato, foi estabelecer relações políticas, trazer aquelas lideranças da Baixada, e ele fez isso bem até, até vir o furacão Brizola, quer dizer, ele foi construindo muito devagarinho relações em Niterói, na Baixada, no interior, só lembrar que o Miro teve uma votação muito boa no interior do Estado, junto com Moreira, não é? Então, aquela proposta da FUNDREM, da região metropolitana, que bem ou mal o Faria Lima tinha recebido sinalização positiva, mas que sofria de uma negociação política e tal, que integrasse melhor, mas do ponto de vista técnico, vamos dizer, o Faria Lima seguia mais ao pé da letra, no Chagas Fretas aquilo foi detonado, não é? Porque aquela instituição não combinava nada com o estilo político do Chagas Freitas, da conversa ao pé de ouvido – não estou qualificando como bom ou ruim, não é, são estilos políticos diferentes e resultados diferentes, ora. O eleitor é que julga. E julgou. Em 82 trouxe o Brizola. Bom, aí de fato, o Brizola, imagina, FUNDREM é alguma coisa da ditadura, é um filhote da ditadura, e além do mais, a grande eleição, quer dizer, o grande eleitorado do Brizola veio da cidade e da Baixada. Imagina, aquela região da Baixada passou a ser a menina dos olhos do Brizola, que tinha, claramente, um projeto nacional. Então, observem como é que aquele projeto original, que em 75 poderia de fato ter rendido frutos, na relação da cidade do Rio de Janeiro com o seu entorno metropolitano, foi sendo progressivamente minado. Para o Moreira também não foi alguma coisa prioritária. Me parece – e a gente (CPDOC) está entrevistando o Marcelo Allencar, até hoje a gente vai fazer entrevista com ele, mais uma entrevista – eu acho que o Marcelo é uma pessoa que de fato, não por acreditar que o projeto de região metropolitana, mas por uma opção político-partidária, ele tinha que construir o PSDB, ele veio do PDT, largou o PDT, e veio construir o PSDB. E o investimento que ele fez, institucional, foi muito na Baixada. Ele criou inclusive um secretário de coordenação da região metropolitana, que foi aquele Nelson Bornier, de Nova Iguaçu. Não vamos discutir a qualidade do quadro, mas o importante é o investimento institucional que o Marcelo fez. E, em boa medida, óbvio, para montar o PSDB na Baixada, para construir seu lugar político. Até poderia ser reeleito, embora em 94 não tivesse reeleição, mas foi aprovado e ele poderia ser candidato à reeleição, mas de qualquer maneira ele estava estruturando o PSDB fortemente, e a área prioritária foi a Baixada e ele criou essa secretaria de coordenação metropolitana que entregou paro o Nelson Bornier de Nova Iguaçu. E me parece que esse segundo grande movimento direção a uma maior integração na cidade, porque o Marcelo era um homem da cidade do Rio de Janeiro, ele ganhou do Garotinho, cidade e Baixada. Foi aí que ele ganhou: cidade, Zona Oeste. Ele fez um trabalho excepcional na Zona Oeste de agregação política com investimentos em obras, infra-estrutura e tal. E seria mesmo a proposta na Baixada. Projetos também de infra-estrutura, o que a gente brinca muito,

> [...] a gente brinca muito, como nós que temos rua, calçada, a gente acha que é clientelismo, que é vender voto, mas quem não tem, quem sai de roupa branca e sai de casa todo coberto de poeira, vota, sim, em quem bota asfalto. E eu acho que não é muito justo a gente considerar, desqualificar esse voto, porque é covardia de quem como nós, muito confortável olha para o outro que não tem e diz que ele está vendendo [...]

como nós que temos rua, calçada, a gente acha que é clientelismo, que é vender voto, mas quem não tem, quem sai de roupa branca e sai de casa todo coberto de poeira, vota, sim, em quem bota asfalto. E eu acho que não é muito justo a gente considerar, desqualificar esse voto, porque é covardia de quem como nós, muito confortável olha para o outro que não tem e diz que ele está vendendo. Nós também vendemos o voto quando também fazemos nossas escolhas, "vendemos" entre aspas mas é assim mesmo o mercado eleitoral que você faz as negociações. Então, eu acho que o segundo movimento, e é esse segundo movimento do Marcelo na Baixada, eu acho que já tem alguns componentes diferentes em relação, por exemplo, à FUNDREM. Porque já traz, me parece, embutido um pouco, essa percepção do esgotamento da possibilidade das metrópoles oferecer serviços básicos para a população. Quer dizer, eu acho que nesse segundo movimento do Marcelo Allencar, me parece que já há alguma coisa caminhando para esse tipo de proposta que depois veio, ou, que hoje em dia é vista, por exemplo, é adotada em vários municípios de São Paulo, por exemplo. Minas, também, eu acho que tem alguns municípios da área metropolitana de Belo Horizonte que fazem consórcios de ambulâncias, de hospitais, cada um contribui, não é? E tem um certo entendimento pontual. Quer dizer, eu acho que ao contrário, talvez, de propostas anteriores que eram mais institucionais e que eram mais ou menos um pacote fechado, ou seja, você de fato ia ser uma integração toda, me parece que hoje é mais pontual, então, faz uma integração questão de saúde, faz uma integração questão de transporte, por exemplo, unifica tarifas, controla fluxos, rotas. Enfim, mais nesse sentido. Via Light, constrói estradas, cujo objetivo como a Via Light, por exemplo, é atravessar os municípios.

Marcelo – *Na sua fala também notou-se que é preciso a gente congregar essas estruturas de longo prazo com a conjuntura. Um dos aspectos das estruturas de longo prazo é a própria visão que se tem de um passado da cidade e da sua região e sua projeção em nível nacional. Como é que isso pesa hoje em dia para o Rio de Janeiro e eu ia fazer uma pergunta específica também: a senhora acha possível que o Rio de Janeiro tenha um candidato nacional forte, eventualmente, para concorrer à Presidência da República?*

Marly Motta – Olha bem, a primeira pergunta eu acho que sim, e tem a ver, quer dizer, eu acho que o passado – e vocês sabem, que são historiadores – se alimenta muito dos fracassos do presente. Se você tem no passado um lugar que você pode construir, como pelo conceito do Girarder, uma idade de ouro, se você tem no passado um lugar que você pode investir de sentido e significado – lógico, isso aí, não preciso dizer que não é do âmbito da natureza, não é do âmbito natural. É óbvio que é um investimento, é óbvio que é um projeto não-racional, não-coordenado, mas, enfim. No caso da cidade do Rio de Janeiro, o passado é um lugar visto, obviamente, do presente, como esplendor. Capital do Império, lugar mais desenvolvido do ponto de vista econômico, as lideranças políticas eram cariocas, eram nacionais, não é? E depois capital republicana**.** Enfim, é um lugar, Estado da Guanabara, toda aquela idéia, imagina, éramos município-Estado, recolhíamos os impostos municipais e estaduais, olha, que maravilha, e isso, combinado, é só ver o filme *Vinícius*, ou ver aquele da Bossa Nova, as pessoas aplaudem, aplaudem, aplaudem o quê? Aplaudem a cidade do Rio de Janeiro nos anos 50, nos anos 60.

Fernando – *Mais do que o Vinícius, não é?*

Vinicius de Moraes (1913-1980)

[...] éramos município-Estado, recolhíamos os impostos municipais e estaduais, olha, que maravilha, e isso, combinado, é só ver o filme *Vinícius*, ou ver aquele da Bossa Nova, as pessoas aplaudem, aplaudem, aplaudem o quê? Aplaudem a cidade do Rio de Janeiro nos anos 50, nos anos 60.

Marly Motta – Mais do que o Vinícius. Mais do que o Vinícius. É interessante isso, quer dizer, na verdade, o *Vinícius*, ou aquele outro da Bossa Nova, *Coisa Mais Linda*, as pessoas aplaudem, não é? Porque identificam exatamente, reiteram uma imagem que se tem do passado, onde tudo parecia dar certo, onde as coisas pareciam funcionar bem, onde você tinha pessoas do calibre exatamente daquele Vinícius, e outros mais da época. Quer dizer, toda uma miríade de intelectuais que aparecem no filme, que você identifica, todos vêm para o Rio, então você tem esse lugar no passado que você pode investir em significado e, obviamente, se o presente é ruim, é avaliado como negativo. O que você faz? Você joga para o passado e, obviamente, como vocês sabem, construção de memória apaga tudo que é ruim e ilumina o que é bom, é isso, é sempre assim que se faz, nós sabemos muito bem disso. Então, na verdade o que a gente tem é um processo de construção de memória desse passado que é percebido como uma idade de ouro da cidade do Rio de Janeiro. E daí a questão de querer voltar. Tal como no caso do Estado do Rio, é interessante que no Estado do Rio era o Império. A velha província, quer dizer, o Estado do Rio durante muito tempo, o antigo Estado do Rio tinha sua identidade colada, Marieta de Moraes trabalhou isso, exatamente no Império. Isso é natural acontecer, é natural no sentido de se estudar esses processos. Então, essa é uma pergunta, qual é a outra que você fez?

Marcelo – *A outra é se na sua avaliação o Rio de Janeiro tem de fato um papel nacional político importante e se poderia ter candidato a...*

Marly Motta – Eu acho que se nós cariocas acreditamos nessa memória de passado nacionalizador eu acho que fora do Rio essa memória é mais forte ainda. E aí eu fico me perguntando, não sei se de maneira talvez conspiratória... os paulistas reiteram muito esse papel nacionalizador, não é? Se você olhar Fernando Henrique... não, do Rio como capital cultural, capital política, é interessante, Minas também... os políticos mineiros quando falam da cidade do Rio dizem: “não podemos perder essa referência nacional”. Quando o Fernando Henrique tomou posse ele disse: “o Rio vai mal, o Brasil vai mal, se o Rio vai bem, o Brasil vai bem”. No discurso de posse dele, então, porque, quando ele tomou posse, foi exatamente a intervenção, tinha acabado de haver intervenção do Exército aqui, enfim, então eu acho que essa imagem nacional do Rio, de memória desse passado, dessa tradição, se mantém e é reiterada internamente e externamente. Até que ponto ela é desmobilizadora, porque de alguma maneira ela fornece uma cortina de fumaça em relação às perdas efetivas no panorama nacional em termos políticos e em termos econômicos. A bancada do Senado é fraca, a bancada federal do Rio de Janeiro...

Marcelo – *Inexpressiva.*

Marly Motta – É... no debate político é inexpressiva. No debate político, não estou fazendo uma crítica direta a um ou outro, eu até estou entrevistando vários deputados da bancada federal até a´ra compreender isso. Mas, enfim, você não vê políticos do Rio de Janeiro e aí eu estou dizendo tanto cidade quanto Estado, na posição de frente do debate nacional.

Fernando – *E são muitos deputados.*

Marly Motta – São, a bancada é 46, se não me engano, a bancada federal do Rio de Janeiro. Então é a segunda, só perde para São Paulo, não é? Ao contrário de São Paulo, por exemplo, ou de Minas, que você sempre identifica claramente uma atuação da bancada mineira, geralmente a bancada fluminense ela tem um papel aquém talvez do que se podia esperar. E uma das justificativas, e é uma coisa exatamente uma hipótese com a qual eu estou trabalhando nessa minha pesquisa, é em que medida exatamente o caráter nacionalizante da cidade do Rio de Janeiro fragmenta e dificulta ou não, é uma hipótese que eu estou trabalhando, a articulação dos interesses do Rio de Janeiro na federação. Em que medida essa imagem nacionalizadora da cidade do Rio de Janeiro que é reiterada tanto pelos políticos, habitantes da cidade quanto reiterada de fora, não há contestação, é interessante isso, os paulistas acham que a gente, do ponto de vista cultural, á a metrópole nacionalizadora, em que medida isso é uma cortina de fumaça que impede a gente ver de fato a perda de substância econômica, política, social, de representação, não é? Talvez, uma contradição em termos, no que, naquilo que se preserva de uma nacionalização da cidade como representativa, quer dizer, o Rio continua sendo a principal porta de entrada do Brasil, o Rio continua sendo a cidade mais conhecida da América do Sul ou da América Latina, o Rio ainda é de fato a imagem mais conhecida do Brasil lá fora. Em que medida isso é operacionalizado politicamente é alguma coisa que a gente tem que pensar, porque quando você olha para os dados econômicos, agora mesmo, o Rio, o Brasil, diminuiu o desemprego, teve uma renda, por exemplo, a renda real do trabalhador brasileiro deixou de cair tanto. É engraçado isso. Mas a nossa não! Se lá no fim do Brasil a renda deixou de cair, a nossa renda continuou caindo. Então, é porque a renda do trabalhador brasileiro deixou de cair tanto pelo crescimento do setor exportador. Como o Rio não é, tirando o petróleo, que como o preço do petróleo caiu, um Estado exportador... então, sua mão-de-obra não teve emprego, ela foi para informalidade. A renda do Rio em grande medida é baixa porque tem uma grande dose de sua mão-de-obra na informalidade, setor em que os salários são menores, em que não há os benefícios sociais, enfim, essa coisa assim. César Maia fez aquele lance arriscado, não é? Foi eleito em outubro de 2004, antes de tomar posse no seu segundo mandato direto, ele se lançou candidato a presidente. Como se achasse que a população fosse acompanhá-lo nessa empreitada. Isso não aconteceu. Então, eu vejo mais uma vez que está se desenhando uma competição eleitoral em que visto agora, novembro de 2005, novamente o debate está se fazendo com políticos de São Paulo. Lula, Serra, Alckmin. Poderá se pensar em Garotinho. Seria um nome do Rio de Janeiro. Estado. É... encontra dificuldades dentro do seu próprio partido. Seu partido sequer sabe se vai lançar candidato. Se lançar, sequer sabe se vai lançar o Garotinho. Então, me parece que, por enquanto, claro, como a política está profundamente desarticulada, e a gente já aprendeu que em períodos de desarticulação abre-se um campo fértil para aventureiros (Jânio, Collor, não é?). Quer dizer, um clássico, não é? Jânio era de um partido pequeno, um homem que nunca deu bola para partido, a UDN teve que engolir ele muito a contragosto. É, contragosto ali, Juracy... com crises com Juracy Magalhães, enfim, e Collor, não preciso lembrar porque esse é inesquecível, não é?Por motivos que todos sabemos, de ficar sem um tostão. Então, quando a política está assim o campo é muito aberto. Mas, se você olhar os candidatos postos, quer dizer, à sucessão mais uma vez está passando por São Paulo. E o Rio está passando assim... se formos pensar na cidade do Rio, aí, então, coisa fica pior.

[...] a renda do trabalhador brasileiro deixou de cair tanto pelo crescimento do setor exportador. Como o Rio não é, tirando o petróleo, que como o preço do petróleo caiu, um Estado exportador... então, sua mão-de-obra não teve emprego, ela foi para informalidade.

Fernando – *Ainda na conjuntura política do momento. É possível ouvirem nos meios de comunicação, por exemplo, que o Rio de Janeiro, e quando fala Rio de Janeiro, pode ser também o Estado, mas principalmente da parte da eleição de 2002, no Estado do Rio, não é? E nos meios de comunicação é possível a gente ouvir que o Rio de Janeiro é discriminado pelo Governo Federal, não é? A senhora compactua com essa visão, a senhora atribui isso mais ao longo prazo, como é que a senhora vê essa queixa de parte dos cariocas à atitude do Governo Federal para com o Rio?*

Marly Motta – Olha, eu acho que tem duas coisas. Uma coisa, e aí eu volto, é o longo prazo, o estrutural. Tem um trabalho de uma geógrafa do IUPERJ, uma tese dela, que ela mostra a questão da seca como um discurso para conseguir recursos, quer dizer, é a vitimização do Nordeste, então você é o discurso da lamentação, que é um discurso político. Então, você tem isso, quer dizer, “ah, imagina, o Rio era a capital, não foi indenizado”, até hoje tem uma indenização mítica, assim, no âmbito, que o Juscelino não pagou uma indenização que a cidade teria direito por ter deixado de ser capital. Seriam três milhões de cruzeiros naquela época.

Fernando – *Quantia material mesmo, indenização?*

> **[...] não me parece que o fato de ser oposição ao Governo Federal, por si só, explique a falta de recursos para o Rio [...]**

Marly Motta – É, que “não pagou...”, enfim. Bom, durante o tempo da Guanabara todo, período principalmente do Carlos Lacerda, que era inimigo político do João Goulart, que sucedeu ao Jânio, tempo todo o Lacerda dizia: “o Governo Federal não paga o que nos deve, o Governo Federal não passa recursos porque o nosso inimigo político”, ou seja, há um discurso de longo prazo que remete a essa injustiça, não é? Trabalhando muito com o conceito de justiça até do Barrington Moore, aquela coisa do “ah, imagina, temos o direito”, é um discurso mobilizador. Então, você tem no longo prazo, estruturalmente esse discurso que remete exatamente a uma perseguição que o Rio, sempre oposicionista, teria recebido do Governo Federal. É como se o Rio de Janeiro, sua população “rebelde”, entre aspas, e oposicionista, é óbvio que isso é uma construção, não é nada disso, se a gente for olhar, imagina, vai olhar os números de eleição, a coisa não é tanto assim, não é? Mas de qualquer maneira, o preço que a população carioca teria pago por sua rebeldia ao Governo Federal teria sido exatamente ela não ter recebido recursos e tal. Isso é uma coisa. É um discurso tal como o discurso nacionalizador, o discurso de que o Rio é eterna capital, você pode botar nesse mesmo, vamos dizer, nesse mesmo tipo de construção de identidade regional para cidade do Rio de Janeiro, como a da seca, do Nordeste, também, não sei o quê, aí você vai lá, o que tem de recurso para o Nordeste é uma, uma enormidade, agora, para onde vão os recursos? Essa é a questão. No caso do Rio, eu acho que a questão é estatisticamente acompanhar e aí é conjuntural. Ou seja, e não tem a ver com governos de oposição ou governos de situação. Tem? Não tem a ver. Os governos oposicionistas ao Governo Federal receberam recursos, por exemplo, eu não, não acho que o governo Marcello Alencar, que era da situação, do PSDB, do mesmo governo, tenha nadado em dinheiro ou tenha havido nenhum tipo de política favorável. O Marcello reclama, pelo contrário, ele teve, obviamente que segundo ele, vender: foi a época das privatizações, ele vendeu os recursos todos do Estado, os trens, a Flumitrens, e o BANERJ, enfim, foi um período de restrição, ajuste fiscal do Malan, enfim, aquela política toda que a gente conhece, então não me parece que o fato de ser oposição ao Governo Federal, por si só, explique a falta de recursos para o Rio. É óbvio que ninguém aqui é ingênuo de achar que a distribuição de recursos seja feita de maneira racional, impessoal, imparcial, não é isso que eu estou dizendo, não é? Porém, eu acho que isso merece uma análise nos números, nos dados, no orçamento, se foi apresentado o projeto a tempo e a hora, quer dizer, em que medida, incompetência, incapacidade gerencial, encobre na verdade, às vezes, a não-liberação de recursos do Governo Federal. Repetindo, eu estou pensando, por exemplo, nesse discurso reiterado da governadora, até ela agora está descansando, está estressada e tal, deve ter muitas outras pessoas devem estar estressadas também, fim de ano. Mas, até então, é aquela coisa do Metrô, porque não tem dinheiro para o Metrô, porque o BNDES não libera, não sei o quê, e do outro lado o Guido Mantega, “não, mas porque não apresentou o projeto, porque...”, não é?

Fernando – *Até nos Jogos Pan-Americanos, a Caixa não libera o dinheiro.*

Marly Motta – Isso, a Caixa não libera o dinheiro porque o projeto, “não, mas a gente mandou”, não sei o quê. Então, há um *mix* de, provavelmente, incompetência administrativa, quer dizer, coisas que talvez para outros Estados que, em que haja mais interesse do Governo Federal, por alianças e por projetos maiores, certas coisas são relevadas, talvez, e o caso do Rio de Janeiro, por motivos todos conhecemos, as incompetências, os erros, os equívocos, a falta de prazo, são cobrados, talvez, de maneira mais rígida, mais rigorosa. Eu acho que é mais um discurso, uma cortina de fumaça, não é? No passado que você usa para justificar incompetência administrativa, governamental.

Marcelo – *Só fazer uma última pergunta que é uma provocação, mas uma provocação para mim mesmo também, porque eu, curiosamente, sou um carioca que foi estudar a cidade de Niterói: a historiografia sobre a fusão não é um pouco “cariococêntrica”?*

Marly Motta – Ah sim, sem dúvida. Mas aí o historiador sabe por que, não é? Enfim, quem faz a História... nisso eu acho que a História, não é à toa, que a História é assim, o termômetro mais efetivo, eu acabei de dar curso, aqui, para os meus alunos, eu tenho, eu dou aula aqui para Economia e Administração da Fundação, e eu dei um curso de interpretações do Brasil para eles e aí eu no final disse: o nosso curso é um curso sobre o poder, porque quem escreve e faz ser vitoriosa sua interpretação do Brasil, na verdade é quem tem o poder. Então a interpretação que domina a fusão, e eu sou uma estudiosa desse assunto, tomei um choque quando a gente entrevistou Jorge Loretti, um choque, porque eu nunca tinha imaginado que tinha significado o dia 15 de março de 75, quando o governo, de fato... aquela praça que tinha a Assembléia, o Palácio do Governador, aquilo de uma hora para outra aquilo esvaziou, acabou! Aquelas lojas, aquele comércio, e o Loretti, ele que era um político, disse que foi uma coisa! E uma vez uma jornalista veio me entrevistar sobre isso, e ela era de Niterói, e teve a mesma sensação, que a gente tem esse discurso todo de lamentação, e disse: “Professora, mas quem perdeu foi Niterói”. E ela reiterou – ela era muito nova, mas, então – que os pais dela diziam da perda de Niterói. Só que agora é que estão tendo estudos – aliás, graças à iniciativa muito bem-sucedida do Paulo Knauss a quem eu parabenizo, meu amigo, queridíssimo, de fazer isso, eu acho que é um trabalho muito, muito interessante. E eu como carioca que fiz doutorado na UFF pude acompanhar aí efetivamente as melhores condições de vida de Niterói. Qualquer que seja o partido, o prefeito, não é? Porque aí tem a ver também com a questão de auto-estima de Niterói. É difícil ficar perto do Rio, é difícil, da mesma maneira, não é à toa que o México diz: “pobre do México, longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos.” Quer dizer, então, você viver numa cidade em que um dos maiores humoristas diz: “Ai, Niterói onde o urubu anda de costas”, quer dizer, é óbvio que isso constrói uma imagem, uma auto-estima em relação a Niterói. E eu acho que Niterói, agora menos, sofeu o mesmo fenômeno de autonomização em relação à cidade do Rio, não precisa mais vir ao Rio para assistir aos filmes, entendeu? A vida cultural, pode ser feita lá. Da mesma maneira da Baixada. Pelo contrário, Niterói está recebendo as pessoas de São Gonçalo. Então, ficam em Niterói, absorvem, não é?

Museu de Arte Contemporânea

Criado em 1982, o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), da Universidade Federal Fluminense desenvolve linha de pesquisa, dentre outras, relativa à “memória e cidade”. Sua equipe, da qual fazem parte os Prof. Dr. Paulo Knauss e Ismênia Martins, já desenvolveram trabalhos sobre o “quebra-quebre das barcas” (1959) e o incêndio do Gran-Circus Norte-Americano (1961). Ambos os casos relativo à história de Niterói.

Fernando – *O Museu do Niemeyer virou cartão-postal, não é?*

Marly Motta – Exatamente. Exatamente. Não é?, então, aí, quer dizer, parou... embora nas matérias de imprensa, agora mesmo, “Ah, a segunda melhor vista de Niterói é o...”. Porque, obviamente, que é claro que a matéria é feita por carioca, porque a matéria começou assim: “A segunda melhor vista de Niterói” e aí mostrava aqui, o Pão de Açúcar visto de lá. Então, você ainda tem, mas eu acho que a iniciativa da UFF via Professor Paulo Knauss, acho que a Professora Ismênia também, não é? Essa equipe, acho que está fazendo um trabalho muito, muito bom. Entender Niterói é entender o Rio também. Isso é que a gente tem que perceber. E o Estado do Rio. Entender Niterói eu acho que é compreender uma parte relevante da história da cidade do Rio e do Estado do Rio.

Fernando – *Obrigado.*

Marly Motta – Obrigado a vocês.